

TEORIA DEMOCRÁTICA E A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA: REFLEXÕES ACERCA DA CONTRADIÇÃO ENTRE O ELITISMO DEMOCRÁTICO E A DEMOCRATIZAÇÃO

AVRITZER, LEONARDO

97ST1521

Julho/1997 O final da segunda guerra mundial implicou em um conjunto de transformações na prática e na teoria da democracia. Se, a afirmação da democracia como a única forma aceitável de organização política constituiu a consequência mais imediata da derrota do nazi-facismo, tal fato não deixou de conter as suas ambiguidades, a mais importante dentre elas consistindo no estreitamento da noção de soberania política como resultado do debate político europeu no período de entre-guerras. A reorganização da democracia ao final da segunda guerra mundial se deu a partir de dois novos consensos formados a partir da reflexão acerca da experiência do nazi-facismo e dos debates no interior da teoria democrática: 1. O primeiro desses consensos está ligado ao questionamento do próprio conceito de soberania, questionamento esse ocorrido no cenário europeu ainda no período de entre-guerras. Max Weber foi, certamente, o precursor do questionamento do conceito de soberania tal como ele surgiu e se consolidou nos séculos XVIII e XIX (1), tanto na teoria democrática quanto no interior da tradição do marxismo. Weber irá criticar, simultaneamente, tanto a idéia de soberania enquanto participação quanto a idéia de soberania enquanto exercício da vontade geral. Para ele, o exercício da soberania enquanto participação não era possível devido à burocratização das formas de exercício do poder:

A democracia em todos os lugares onde é uma democracia de grandes Estados é uma democracia burocratizada. E precisa ser assim, pois ela substitui os elegantes funcionários honoríficos aristocráticos e outros por um funcionalismo remunerado. Isso acontece por toda parte ... a necessidade de uma longa formação profissional, uma especialização cada vez mais profunda e a direção nas mãos desse funcionalismo especializado. (Weber, 1918:257)

O argumento weberiano aparece como anunciador de uma contradição que irá perpassar o conjunto da prática democrática no século XX: a contradição entre a ampliação da cidadania política e social através do crescimento econômico e da oferta de serviços públicos e a crescente impossibilidade do exercício da soberania nessas condições. (2) Partindo de um conceito de racionalidade de meios (Weber, 1968; Mommsen, 1974) aplicado à economia, Weber, já no início do século percebia a impossibilidade da gestão participativa da economia e dessa impossibilidade deduzia a necessidade de uma forma de administração burocrática contraditória com o próprio exercício da soberania.

2. Um segundo consenso foi se formando no interior da teoria sociológica e política do período do pós-guerra acerca da possibilidade da substituição da racionalidade do político pela irracionalidade das massas. A teoria democrática surge associada a idéia da racionalidade do *homo politicus* (3). A manifestação da racionalidade na esfera política implica, desde o iluminismo (Kant, 1781; Rousseau 1950) na rejeição do soberano ilegítimo e, consequentemente, na percepção de que a legitimidade estaria ligada ao ato voluntário e racional da autorização do governante através de um processo público de formação da vontade geral. É somente no início do século XX, mais especificamente no período de entre-guerras, que a vinculação entre racionalidade e democracia será posta novamente em questão a partir de dois processos distintos ainda que temporalmente simultâneos: A) o primeiro desses processos pode ser denominado de emergência dos interesses particulares. Se, por um lado, a teoria democrática dos séculos XIX e XX admitia a livre discussão do conteúdo da vontade geral enquanto parte de um debate democrático, por outro lado, ela deixou de perceber que o caminho que vai de Rousseau a Marx permite uma variante capaz de levar à particularização do debate público e, portanto, à substituição da racionalidade pelo interesse. Carl Schmitt foi o primeiro autor a perceber as implicações desse fato para o entendimento da democracia enquanto prática racional. Para ele,

a situação do parlamentarismo tornou-se crítica uma vez que o desenvolvimento da moderna democracia de massas tornou a discussão política através de argumentos uma discussão vazia. Muitas das normas da moderna legislação parlamentar, sobretudo as disposições referentes à independência dos representantes e à abertura das seções funcionam como uma decoração supérflua e embaraçosa ... Os partidos ... não enfrentam uns aos outros discutindo opiniões mas enquanto grupos de poder econômico-sociais calculando os seus interesses mútuos e oportunidades de poder... (Schmitt, 1926:6) (4).

O argumento schmittiano parece bastante claro, assim como as suas implicações anti-democráticas, implicações essas que apontam na direção do decisionismo, isto é, de um processo através do qual o Estado de direito e o parlamento são substituídos por um executivo forte capaz de assumir tarefas legislativas. Desse modo, a crítica da particularização da política, em sua primeira versão, possui implicações que apontam claramente na direção da ruptura com a ordem democrática. B) A vinculação entre racionalidade e democracia irá receber uma segunda crítica temporalmente simultânea à crítica acerca da particularização do debate público, porém com um conteúdo distinto. Trata-se da reflexão feita por diversos atores entre eles, Ortega Y Gasset, Manheim, Erich Fromm e Max Horkheimer, acerca da sociedade de massas. O argumento acerca da sociedade de massas ressalta, nas sociedades do começo do século XX, características opostas àquelas colocadas em destaque por Carl Schmitt. Para eles, a indiferenciação provocada pela perda do insulamento das elites (Ortega y Gasset, 1932; Kornhauser, 1959) e a penetração das formas de dominação cultural ao nível privado (Arendt, 1951; Horkheimer, 1944) são os fenômenos responsáveis pela mudança nas características do político no começo do século XX. Os dois fenômenos acima apontados deram origem a dois tipos de críticas à democracia. Um primeiro tipo de crítica bem representado na obra de autores como Le Bon e Ortega y Gasset defende a concepção de que ...a preservação de valores críticos (especialmente a liberdade) requer o insulamento social daqueles segmentos da sociedade que melhor incorporam tais valores (Kornhauser, 1959:22).⁽⁵⁾ Em sua primeira vertente, o argumento da sociedade de massas, tal como o argumento schmittiano, parece ser claramente anti-democrático na medida em que estabelece uma relação indissolúvel de tensão entre os conceitos de liberdade e de igualdade política. Para esses autores, a sociedade de massas rompe com a associação entre democracia e racionalidade na medida que o corolário da ampliação da participação não constitui a ampliação dos atores e das questões que passam a fazer parte da esfera público-política. Pelo contrário, para Le Bon e Ortega y Gasset e até mesmo Karl Manheim o corolário da ampliação da igualdade política consiste na pressão irracional das massas sobre o sistema político.

Existe, no entanto, uma segunda versão da teoria da sociedade de massas que pode ser denominada de democrática. De acordo com essa vertente, a qual pertencem autores da primeira geração da escola de Frankfurt, assim como Hannah Arendt e Wright Mills, a questão fundamental colocada pela sociedade de massas não consiste na ampliação da participação mas sim nas mudanças das formas de controle das elites sobre a população de que estendem da esfera pública para a esfera privada. É a ruptura do papel da autoridade na esfera privada (Adorno, 1951) e a penetração da forma mercadoria na esfera da cultura que tais autores atribuirão as condições para o fenômeno da mobilização de massas (Arendt, 1951). A dissociação entre política e racionalidade constitui apenas uma consequência da penetração de formas de dominação no campo privado. No entanto, independentemente das divergências acerca dos motivos da dissociação entre política e racionalidade, tanto a versão aristocrática quanto a versão crítica da sociedade de massas partilham um diagnóstico comum acerca da democracia, segundo o qual, em virtude ou da pressão das massas sobre as elites ou da disponibilidade das massas para a mobilização, a natureza racional e discursiva do espaço público nas democracias contemporâneas é rompida.

É possível, portanto, perceber que, ao final da primeira metade do século XX, a teoria democrática e ou a prática da democracia enfrentavam quatro críticas principais: 1) a problematização do significado e da amplitude do conceito de soberania popular, um problema cujas dimensões foram se ampliando na mesma medida em que a administração estatal foi se tornando mais complexa; 2) o problema da particularização dos interesses envolvidos no debate político, problema esse causado pela entrada de interesses específicos em arenas à princípio desenhadas para a argumentação racional; 3) o problema do efeito da sociedade de massas sobre a institucionalidade política, especificamente, a possibilidade de formas de mobilização capazes de passar ao largo das instituições encarregadas do processo de formação da vontade geral; 4) a ruptura pela sociedade de massas da distinção entre público e privado. A penetração do processo de dominação no interior da esfera privada disponibilizaria as massas para a mobilização irracional. Os problemas acima apontados estão não apenas na origem de uma teoria de questionamento da democracia no período de entre-guerras, como também no surgimento de alternativas políticas de organização do sistema democrático e de reflexão sobre a prática democrática que surgem no período imediatamente posterior à segunda guerra mundial. As principais tentativas de reconstrução da teoria democrática terão como referências os quatro elementos abordados acima.

De Schumpeter a Downs ou do surgimento do elitismo democrático

A reconstrução da democracia e da teoria democrática no período do pós-guerra irá se dar a partir de uma tentativa comum de se transferir a prática da democracia, assim como o debate teórico a seu respeito, do cenário europeu para o cenário norte-americano. Joseph Schumpeter surge, nesse caso, como o inaugurador do elitismo democrático na medida em que tanto do ponto de vista biográfico quanto do ponto de vista da produção de uma teoria democrática o autor constitui um caso exemplar a esse respeito, uma vez que se trata de um intelectual europeu que experimentou as incertezas do período de entre-guerras e se radicou nos Estados Unidos, país cuja prática política serviu de inspiração para a proposta de reestruturação da democracia feita por Schumpeter. Por um lado, a teoria democrática a ser proposta por Schumpeter irá ter como ponto de partida exatamente os mesmos elementos que fizeram parte da discussão que acabou levando à própria ruptura da democracia no cenário europeu, quais sejam, a problemática das elites, o diagnóstico da sociedade de massas e a percepção da impossibilidade de alcançar uma concepção substantiva de bem comum. Por outro lado, o que irá constituir uma inovação na teoria da democracia proposta por Schumpeter será a forma como o autor de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* irá propor a integração desses três elementos no marco não mais de uma teoria da impossibilidade da democracia mas, precisamente, no marco de uma teoria da democracia.

De modo semelhante à Weber, Carl Schmitt, e os principais teóricos da sociedade de massas, Schumpeter adotará, como ponto de partida para a sua análise, as mudanças na forma de exercício da democracia tal como essa foi concebida pelos seus fundadores nos séculos XVIII e XIX. A idéia central discutida na seção dedicada à democracia em *Capitalismo, Socialismo e Democracia* constitui, portanto, a análise da validade do conceito de soberania popular. Schumpeter irá colocar em questão os dois elementos constituintes do conceito de soberania com base na teoria da sociedade de massas e na constatação dos efeitos do aumento da complexidade administrativa no interior dos Estados modernos. Cada uma dessas teorias cumprirá o papel de lançar uma dúvida sobre os fundamentos do conceito de soberania popular. A teoria da sociedade de massas será utilizada por Schumpeter para mostrar algo que adquiriu centralidade no período de entre-guerras que é a idéia de que as ações da maioria não são necessariamente democráticas ou racionais. Utilizando exemplos como a caça às bruxas no século XVI ou a perseguição aos judeus nos séculos XIX e XX, Schumpeter irá mostrar que o conceito de maioria inerente à idéia de soberania popular não pode ser reeduzido a uma forma de legitimação de atitudes anti-democráticas sancionadas não pelo povo e sim pela turba (Schumpeter, 1942:242). Consequentemente, é preciso para defender a soberania popular indicar em relação à tomada de decisões o como e o por quem, isto é, analisar detalhadamente procedimentos e instituições (ibid, 248).

O questionamento do segundo elemento do conceito de soberania popular parte de um problema já levantado por Max Weber e que Schumpeter irá transformar em uma pergunta: como é possível que o povo governe?. A constatação à qual chega o autor de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* é que o sentido amplo do conceito de soberania enquanto formação e determinação do conteúdo da vontade geral é impossível, conclusão essa já apontada por Weber no início do século XX. Segundo Schumpeter, para manter os fundamentos do conceito de soberania popular é necessário retirar do seu conteúdo a idéia da busca de um bem comum substantivo, transformando, portanto, a soberania em um método de escolha de governantes:

A Democracia constitui um método político, isto é, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançar decisões legislativas e administrativas. Desse modo, ela não é capaz de ser um fim em si mesma, independentemente do tipo de decisão que ela irá produzir sob determinadas condições históricas. (Schumpeter, 1942:242)

A solução schumpeteriana parece clara: trata-se de reduzir a abrangência e o significado da idéia de soberania transformando essa última de um processo de formação da vontade geral em um processo de autorização de governantes. A decisão schumpeteriana de reduzir o escopo da idéia de soberania oferece ao autor a possibilidade de integrar, no interior da teoria democrática, duas preocupações que, até então, predominavam entre aqueles autores críticos da própria possibilidade de existência da democracia: uma teoria das elites e uma teoria da sociedade de massas.

Schumpeter, ao aceitar uma idéia restrita de soberania no interior da própria operacionalidade da democracia irá, em primeiro lugar, re-estabelecer a compatibilidade entre democracia e elites. A teoria das elites, ao se estabelecer no período de entre-guerras, termina por desvalorizar a democracia ao supor que a variável fundamental das sociedades contemporâneas seria o governo das elites independentemente da sua forma (Grynszpan, 1996). A definição histórico-ontológica das elites proposta por Pareto apesar de não ser negada por Schumpeter é por ele compatibilizada com a democracia que é entendida como um método de revezamento das elites no poder. Desse modo, o hiato entre a auto-representação do pensamento democrático e a prevalência de algumas categorias histórico-sociológicas que terminavam por negar a própria possibilidade da democracia é preenchido no pensamento schumpeteriano por uma forma diferenciada de localização das elites no interior do sistema democrático. A redução do escopo da conceito de soberania implica, portanto, em limitar o papel do povo a produtor de governos, isto é, a selecionador daquele grupo no interior das elites que lhe parece o mais capacitado para governar, o que torna o povo o árbitro último da concorrência entre as elites.

A operação schumpeteriana de redução do escopo da soberania constitui, simultaneamente, uma mudança na concepção da relação entre democracia e racionalidade. Para o autor de Capitalismo, Socialismo e Democracia as elites políticas, uma vez em competição, garantem a possibilidade do acesso dos mais qualificados às posições de liderança política (Schumpeter, 1942:280). Desse modo, o problema apontado desde o começo do século pelos críticos da democracia acerca da incapacidade do sistema democrático de gerar racionalidade ganha também uma nova solução. A teoria schumpeteriana se encontra em relação direta com as teorias acerca da irracionalidade das massas. Para o autor de Capitalismo, Socialismo e Democracia a idéia ... da personalidade humana enquanto uma unidade homogênea e a idéia de vontade definitiva capaz de se constituir no principal agente da ação... (Schumpeter, 1942:256) não resistiriam aos ensinamentos de Le Bon ou de Freud, autores que chamaram a atenção para a importância do elemento extra-racional ou irracional no comportamento humano. Tal elemento, se encontra, segundo Schumpeter presente tanto na economia quanto na política. Sequer na condição de consumidor o indivíduo moderno consegue formar sua vontade independentemente dos mecanismos de publicidade e de persuasão. No entanto, é no campo da política que a possibilidade de transformação do indivíduo racional em membro de uma turba se manifesta mais claramente:

O cidadão comum resvala para um nível extremamente baixo de performance mental assim que ele penetra no campo da política. Ele passa a argumentar e a realizar análises de uma forma que ele mesmo reconheceria como infantil no campo da sua própria esfera de interesses... Ele torna-se novamente primitivo... o que gera duas consequências adicionais... Primeiro, mesmo quando não existem grupos políticos tentando influenciá-lo o cidadão comum tende, nas questões políticas, a ceder ao extra-racional ou a impulsos e pré-conceitos irracionais... Segundo... quanto mais fraco o elemento lógico no processo de formação da opinião pública e quanto mais completa a ausência da razão crítica... maior são as oportunidades de grupos com interesses particulares de prosperar. (Schumpeter, 1942:263).

No entanto, o surpreendente no argumento schumpeteriano é menos a repetição de argumentos acerca da sociedade de massas e mais a possibilidade de tornar tais argumentos compatíveis com a prática da democracia. Para o autor de Capitalismo, Socialismo e Democracia na medida em que o exercício da soberania pelas massas é reduzido a um mero processo de seleção de elites em competição, tal processo torna-se isento dos riscos da irracionalidade própria à sociedade de massas. Nesse sentido, a teoria schumpeteriana não nega as volições irracionais. Pelo contrário, a teoria proposta pelo fundador do elitismo democrático parece capaz de limitar o papel de tais volições na política. Elas ... não devem se expressar diretamente. Mesmo se fortes elas devem permanecer latentes durante, algumas décadas, até que algum líder (ênfase nossa) a transforme em um fator político dando-lhe novamente vida. Isso é possível de ser feito... ao incluir os ítems apropriados na oferta competitiva. (Schumpeter, 1942:270). Para Schumpeter o que desestabiliza o sistema democrático não é a existência de volições irracionais e sim a sua utilização direta. Uma vez garantida a sua expressão indireta pelas massas não há segundo o autor maiores problemas em conciliar sociedade de massas e democracia.

É possível fazer um balanço da contribuição do elitismo democrático para a construção da democracia no período do pós-guerra apontando para uma contradição entre um elemento positivo para a engenharia da reconstrução democrática e duas ausências que permanecerão em suspenso no interior da teoria democrática. Os elementos positivos são, evidentemente constituídos pelo consenso que se irá forjar em torno da

desejabilidade da democracia no período do pós-guerra, consenso esse facilitado pela possibilidade de integração das críticas feitas à democracia no período de entre-guerras no interior de um marco democrático comum. No entanto, duas operações altamente problemáticas são feitas por Schumpeter com o objetivo de conciliar a democracia com o poder nas elites na sociedade de massas:

- a primeira dessas operações é a identificação entre normatividade e bem comum. Schumpeter critica a ideia de bem comum a partir da noção de indivíduos plurais, uma posição que se irá generalizar no período do pós-guerra.(6) No entanto, a solução schumpeteriana para a impossibilidade do alcance da noção de bem comum acaba jogando fora a criança junto com a água do banho. A solução realista instaura no interior da teoria democrática uma oposição insustentável entre realismo e normatividade, oposição essa incapaz de perceber o consenso ético-formal no qual a democracia está fundada.(7) Tal incapacidade, como mostraremos à frente, especialmente nos contextos da construção tardia da democracia, mostra-se altamente problemática.

-Há uma segunda operação problemática realizada pela engenharia democrática schumpeteriana. Trata-se da forma como a relação entre racionalidade individual e racionalidade geral é concebida. O autor de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* aceita todos os supostos sobre a irracionalidade dos indivíduos nas sociedades contemporâneas. Para ele o indivíduo do século XX é tanto um consumidor irracional porque aceita a influência do produtor na determinação da sua vontade de consumidor quanto um cidadão irracional na medida em que aceita ainda mais facilmente a influência dos manipuladores da opinião pública na determinação das preferências do cidadão/eleitor. Ao postular o problema da irracionalidade individual de forma tão extrema, Schumpeter acaba gerando uma inconsistência lógica no seu argumento: por um lado, a democracia parece capaz de garantir a racionalidade ao atribuir às elites o papel de formuladora de propostas políticas. Por outro, as mesmas massas capazes de adotar um comportamento absolutamente irracional enquanto consumidoras ou cidadãos portam-se racionalmente como eleitoras. A qual elemento poderíamos atribuir tal mudança na operacionalidade da racionalidade? A teoria schumpeteriana silencia a esse respeito mantendo, portanto, uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade global. Será na tentativa de responder a essa contradição que dois elementos adicionais do elitismo serão formulados no período do pós-guerra.

Anthony Downs ou a Economização da Racionalidade Política

O livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia* representa, certamente, uma obra de transição entre os problemas enfrentados pela democracia no cenário europeu no período de entre-guerras e as possíveis soluções desse problema, soluções essas pensadas a partir do consenso ampliado que surge, ao final da segunda guerra mundial em torno da forma democrática. Vários são os elementos que nos permitem apontar a obra acima mencionada como uma obra de transição: 1) a manutenção da problemática da sociedade de massas e do elitismo, problemáticas essas essencialmente européias no centro das preocupações teóricas; 2) a manutenção da problemática da irracionalidade no centro da armação teórica da democracia; 3) a influência da experiência biográfica do autor na formulação do problema da democracia vista enquanto inserida na competição entre capitalismo e socialismo, como o próprio título do livro deixa claro. A obra de Anthony Downs *Uma Teoria Econômica da Democracia* completa o itinerário de transferência da reflexão acerca da democracia do cenário europeu para o cenário norte-americano. A partir da obra de Downs problemáticas como a da sociedade de massas ou da racionalidade irão receber um outro tipo de tratamento tendo fenômenos tais como a apatia ou a identidade racional de consumidor no seu centro.

Ao abordar a questão da democracia, Downs parte da mesma constatação feita por Schumpeter acerca da impossibilidade de pensar a racionalidade da democracia enquanto racionalidade global. Segundo o autor o único elemento de racionalidade capaz de ser avaliado por uma teoria da sociedade são os meios empregados por diferentes indivíduos para maximizar o benefício a ser auferido com um determinado tipo de ação. A forma encontrada por Downs para compatibilizar pluralidade e racionalidade individual será o estreitamento do conceito weberiano de ação racional intencional(8) de modo a tornar o ato utilitário de transformação dos

meios a serem empregados para o alcance de diferentes fins em um conceito de racionalidade per se. Downs define o indivíduo racional a partir de cinco atributos:

1. Sua capacidade de decidir quando confrontado com diferentes alternativas.
2. Sua capacidade de ranquear diferentes alternativas de modo a hierarquizá-las de acordo com uma certa ordem de preferências.
3. Sua capacidade de tornar o seu ranking de preferências transitivo.
4. O fato de uma vez confrontado com um conjunto de alternativas possíveis, o indivíduo racional irá escolher a mais bem colocada no seu ranking de preferências.
5. Sempre que confrontado com a mesma alternativa o indivíduo racional irá tomar a mesma decisão (Downs,1956:6).

Parece fundamental entender que o conceito de indivíduo racional introduzido por Downs representa uma despseudologização das atitudes políticas do indivíduo comum dentro de uma situação que não difere daquela suposta pelo elitismo democrático. Por um lado, não faz parte dos atributos da ação racional elaborar propostas nas apenas hierarquizá-las para, em seguida, escolhê-las. Desse modo, o pressuposto schumpeteriano fundador do elitismo democrático - a separação entre elites e massas - é preservado no modelo downsiano. As divergências entre o autor da Teoria Econômica da Democracia e Schumpeter se limitarão a uma série de reparos à idéia de irracionalidade das massas. Tais reparos, estarão ligados fundamentalmente à possibilidade de salvar o próprio conceito de racionalidade ao transformá-lo em um conceito utilitarista derivado da economia. Downs procura mostrar que Schumpeter deixa de distinguir entre erros de comportamento e atitudes irracionais. Para ele, o indivíduo será sempre capaz de, ao menos hipoteticamente refletir sobre os seus erros de modo que a irracionalidade não possa ser postulada em termos individuais mas apenas em termos coletivos restando, nesse caso, a possibilidade de fazer o cálculo daqueles que se beneficiariam da vigência da irracionalidade na política:

... uma vez que nenhuma sociedade pode sobreviver por um longo período sem que ninguém esteja procurando alcançar de forma eficiente os seus objetivos, existe, geralmente, alguma forma de previsibilidade no seu sistema político. Cidadãos que se comportam irracionalmente o fazem em parte porque alguém está auferindo algum ganho ao lhes propor agir dessa forma... Assim, ao lidar com comportamentos aparentemente irracionais, o homem racional deve procurar descobrir o padrão obscuro de racionalidade [guiando tal comportamento L.A.]Ele deve procurar descobrir quais objetivos tal comportamento beneficia... (Downs,1956:10)

Ao oferecer essa resposta ao problema da irracionalidade, Downs passa a dar sistematicidade ao modelo elitista da democracia, introduzindo, no seu interior, um componente individual de racionalidade. A irracionalidade é, assim, reduzida a um resultado episódico decorrente da possibilidade de uma incompatibilidade provisória entre aquilo que pode ser considerado racional para alguns indivíduos e um resultado global irracional. A teoria downsiana da democracia não se limita a re-introduzir um componente de racionalidade individual no processo de tomada de decisão. Ela vai além procurando estabelecer um modelo capaz de conectar o princípio individual da maximização da utilidade com o funcionamento global do sistema político. Dois elementos irão cumprir um papel central nessa operação:1) em primeiro lugar, a definição egoísta da natureza humana que leva o autor a supor que cada indivíduo ... atribui maior importância à sua segurança ou felicidade do que à segurança e felicidades alheias. Quando uma se coloca em oposição com a outra, os indivíduos não hesitam em sacrificar os interesses alheios em função dos seus próprios interesses. 2) O segundo elemento introduzido pela teoria downsiana da democracia é a economização do auto-interesse dos indivíduos e do funcionamento do sistema político de modo a transformar a competição entre as elites em uma competição pela apropriação de bens públicos cujo significado varia de indivíduo para indivíduo. Tais indivíduos, ao se transformarem em eleitores, irão escolher as propostas políticas capazes de aumentar o seu benefício material. A descrição downsiana do funcionamento do sistema político incorpora, desse modo, critérios de racionalidade individual:

Ao comparar o fluxo dos benefícios conseguidos através da atividade da atual administração... com o fluxo de benefícios que ele acredita poder ter recebido se algum dos partidos de oposição estivesse no governo, o

eleitor determina o seu diferencial entre os partidos. Ele lhe permite estabelecer a sua preferência entre os partidos em competição. (Downs, 1956:49)

A partir da ontologização da condição do indivíduo maximizador de utilidade e da materialização das atividades do sistema político, Downs dá consistência lógica ao conceito de racionalidade empregado pelo elitismo democrático. A idéia da competição entre as elites passa a ter um componente racional em dois sentidos diferentes e complementares: no que diz respeito às elites, Downs mantém o suposto schumpeteriano de que existe um processo de seleção que faz com que os melhores ocupem posições de destaque no sistema político. O método de seleção das elites consiste no próprio processo eleitoral com a diferença que, para Downs, tal processo constitui uma forma de oferta e distribuição de bens públicos negociáveis. O elitismo democrático é, segundo Downs, racional em um segundo sentido na medida em que o processo de seleção de elites se desdobra em um conjunto de atitudes complementares com o conceito de racionalidade global postulado pelo elitismo desde Schumpeter. Na mesma medida em que as elites se especializam na oferta de bens públicos negociáveis, o indivíduo eleitor se especializa na demanda dos bens públicos ofertados. Desse modo, a racionalidade das elites torna-se plenamente compatível com a racionalidade dos indivíduos eleitores.

O elitismo democrático pode ser definido com uma concepção restrita de democracia baseada em cinco pontos:

1. A transformação da teoria das elites em um elemento central da teoria democrática. O elitismo democrático ao definir a democracia como ... o sistema político no qual o poder respousa no demos ativo... abre espaço para o entendimento dessa mesma democracia enquanto ... o poder das minorias democráticas ativas. (Sartori, 1965:105-106).

2. O elitismo representa, em segundo lugar, uma forma de compatibilização entre sociedade de massas e democracia. O reconhecimento da sociedade de massas pelo elitismo não constitui em si um impecilho para o funcionamento da democracia, tal como argumentaram alguns dos teóricos do período de entre-guerras. O elitismo, diferentemente dessas teorias, na medida em que postula a precedência das elites enquanto propositoras de políticas sustenta o respeito às regras do jogo democrático nas sociedades de massas.

3. Em terceiro lugar o elitismo significa uma ampla materialização da política na medida em que ele introduz como seus componentes o conceito do indivíduo maximizador de benefícios materiais e, ao nível global, ele introduz a idéia da política enquanto um sistema de distribuição de bens públicos negociáveis. Ao adotar tais pressupostos o elitismo muda o conceito de racionalidade com o qual a teoria democrática opera introduzindo, no seu interior as dimensões material e utilitária.

4. Como consequência dos elementos acima mencionados o elitismo substitui a idéia de consenso vigente na teoria democrática desde o século XVIII (Mansbridge, 1991). A democracia deixa de ser formada por um conjunto de indivíduos cuja atividade constitui a discussão e a procura do bem comum e passa a lidar com o indivíduo auto-interessado almejando a partilha a seu favor da maior quantidade possível de bens públicos. A dimensão conflitual da democracia passa, então, a envolver indivíduos, partidos e governos. Todos esses incorporam a mesma dinâmica conflitual.

5. Em quinto e último lugar encontra-se o elemento provavelmente mais importante do elitismo, a substituição de uma teoria democrática normativa pelo realismo político. O elitismo identifica os elementos problemáticos do funcionamento da democracia com um dever ser ao qual a teoria democrática normativa é reduzida. Assim, a idéia de um conceito global de racionalidade, ou a idéia da soberania ampliada, idéias essas que se encontram no centro da polêmica acerca da adoção ou não da democracia no período de entre-guerras, são atribuídas ao normativismo da teoria democrática clássica. Em seu lugar, o elitismo irá propor a adoção do realismo cognitivo. A justificação do realismo assenta-se na impossibilidade do seu contrário, o idealismo. No entanto, é preciso apontar antes de mais nada a simplificação heurística e epistemológica na qual o elitismo incorre na medida em que parece impossível separar na prática da democracia a realidade das normas, assim como, a discussão sobre o fundamento da adesão às regras democráticas. A consolidação do elitismo como teoria democrática hegemônica no período do pós-guerra implicará na tentativa de prescindir de ambas as dimensões na justificativa da democracia, um empreendimento, tal como mostraremos na seção seguinte desse capítulo altamente problemático, especialmente, naqueles países de inserção tardia no sistema democrático.

Da Contradição entre os Pressupostos do Elitismo e os Processos Tardios de Democratização: uma análise da segunda onda de democratização.

O elitismo democrático se consolidou como a teoria hegemônica da democracia no pós-guerra no cenário da assim chamada segunda onda de democratização.⁽⁹⁾ No entanto, a consolidação do elitismo foi simultânea a um paradoxo que ele não foi capaz de resolver: o fato da consolidação da democracia no cenário europeu ter sido simultânea à crise permanente e à ruptura da democracia fora desse mesmo cenário. Com efeito, a segunda onda de democratização que cobriria o período que vai de 1943 a 1962 foi altamente bem sucedida no que concerne à implantação da democracia no cenário europeu, no qual a democracia passou a ser praticada de forma bastante próxima às prescrições de Schumpeter e Downs. A democracia, nesse período, foi fortemente implantada exatamente naqueles países que, a partir da experiência da sociedade de massas, se propuseram a praticar, no período de entre-guerras formas não democráticas de organização da soberania. Em todos eles, uma concepção restrita de democracia e de soberania passou a vigorar no período imediatamente posterior ao término da segunda guerra mundial tornando-a rapidamente uma forma consensual de organização do processo de tomada de decisões. Por outro lado, se tomamos como exemplo o cenário não europeu, imediatamente nos deparamos com um fenômeno distinto: a extensão da democracia a países da América Latina, Ásia e aos países recém descolonizados da África constituiu um fracasso quase que absoluto nesse mesmo período. Na metade dos anos 70, um terço das 32 democracias ativas no mundo haviam se transformado em autoritarismo... e na América Latina em 1973 apenas dois países haviam eleito democraticamente os seus governos. (Huntington, 1991:30).

Ao analisarmos os motivos que levaram à ruptura da democracia, especificamente nos países Latino-americanos, dois fatos igualmente perturbadores se destacam do ponto de vista analítico: ou os supostos do elitismo foram abertamente contrariados em algumas das rupturas da ordem democrática ou tais rupturas envolveram elementos claramente não problematizados pelo elitismo. Se tomamos os três principais elementos do elitismo democrático relacionados aos debates do período de entre-guerras, a problemática da soberania ampliada, a da sociedade de massas e da racionalidade das elites, podemos, claramente, perceber que elas não são capazes de explicar a ruptura com a democracia que caracterizou a assim chamada segunda onda democrática reversa. Pelo contrário, o que parece estar na raiz das diferentes rupturas com a democracia nesse período são as contradições internas da própria forma de competição entre as elites, forma essa que implicou no exercício ampliado da soberania por essas mesmas elites.

A forma de exercício da democracia que vigiu nos países Latino-americanos no período do pós-guerra pode ser denominada de democracia populista.⁽¹⁰⁾ A democracia populista seguiu ao menos duas das três prescrições do elitismo democrático: a idéia da competição entre as elites e a idéia de uma participação restrita das massas no interior do sistema político. O primeiro elemento do elitismo preservado pela democracia populista é a idéia de um sistema político enquanto disputa eleitoral entre as elites. Tal competição se articulou com uma atividade ampliada das massas, atividade essa que, apesar de distinta do sindicalismo europeu ou do associativismo americano, não parece, a princípio, contraditória com os pressupostos do próprio elitismo, na medida em que a questão do auto-governo ou da soberania ampliada jamais chegou a se colocar no caso latino-americano. A atividade das massas nas democracias latino-americanas constituiu, claramente, uma mobilização de apoio a diferentes propostas de desenvolvimento articuladas pelas próprias elites políticas. Nesse sentido, duas características do elitismo parecem não operar de saída no contexto latino-americano: a primeira é a adesão das elites a valores democráticos, uma suposição ad hoc derivada da própria teoria da sociedade de massas, que certamente não explica a instabilidade das democracias latino-americanas no pós-guerra, instabilidade essa marcada, especialmente nos casos do Brasil e da Argentina, pela tentativa intra-elites de reverter resultados ex-post. Em segundo lugar, o papel da mobilização de massas nesses episódios parece também ser contraditório com as suposições do elitismo democrático na medida em que várias dessas mobilizações representaram muito mais a tentativa de constituir um ator externo capaz de assegurar a manutenção das regras do jogo do que um fator adicional de instabilidade. As principais iniciativas de ruptura com a democracia no período 1964-1976 na América Latina, período esse no qual

ocorrem golpes de estado no Brasil, na Argentina, no Uruguai, no Chile e no Peru foram tomadas por setores das elites derrotados no cenário político-eleitoral. Cabe, portanto, apontar duas lacunas na forma como o elitismo democrático teoriza a problemática da democracia: a primeira delas, está relacionada à inexistência de uma reflexão acerca da diferença entre elites democráticas e não-democráticas, um vertente de reflexão introduzida ao final desse período, ainda que de forma altamente problemática por Almond e Verba (voltaremos a esse ponto mais a frente). A segunda lacuna está relacionada com a incompreensão pelo elitismo da atividade das massas. A atividade política das massas no interior das democracias populistas Latino-americanas antecipa uma temática a ser tratada posteriormente pela bibliografia sobre movimentos sociais (Tilly, 1985; Cohen, 1985; Melucci, 1984) qual seja, a possibilidade de ações coletivas de natureza democrática. O elitismo ao realizar ad hoc uma identificação entre mobilização de massas e ruptura da democracia ignora a possibilidade que irá se manifestar nas democracias Latino-americanas de uma atividade democrática das massas no interior da esfera pública.

A incapacidade do elitismo democrático de utilizar os seus principais instrumentos analíticos para abordar a relação entre autoritarismo e democracia fora do cenário europeu e norte-americano irá levá-lo a explicar a ruptura do sistema democrática a partir de um terceiro elemento qual seja, uma variável econômica capaz de explicar aquilo que as suas suposições teóricas não foram capazes de explicar. É assim que, no decorrer da segunda onda democrática reversa surgem um conjunto de trabalhos que irão enfatizar a correlação entre desenvolvimento econômico, distribuição de renda e democracia, entre os quais caberia destacar Lipset (1959). O autor introduz uma correlação empírica entre um conjunto de atributos, tais como, educação, distribuição de renda, e a existência de uma democracia estável. A correlação empírica encontrada por Lipset irá servir de base para a introdução de um segundo elemento inerente ao arcabouço teórico elitista que é a capacidade de países com sistemas político e econômico recém constituídos de processarem conflitos entre os diferentes grupos, conflitos esses capazes de gerar no interior do sistema político distribuição de renda e tolerância (Lipset, Trow, Coleman, 1956). Se, a correlação empírica entre desenvolvimento econômico, distribuição de renda e democracia política parece possibilitar a distinção entre países com propensão a tornarem-se democráticos de países nos quais a democracia tende à ruptura cabe, no entanto, ressaltar que tal distinção é de ordem meramente empírica.

O elitismo democrático não consegue, no período do pós-guerra, no decorrer da assim chamada segunda onda democrática reversa elaborar uma teoria da democratização tardia ou da redemocratização. Cinco foram os motivos pelos quais ele foi incapaz de fazê-lo:

1. Devido à sua incapacidade de sofisticar a sua teoria das elites de forma a demonstrar as ambiguidades, as divisões e as relações concretas entre sub-grupos específicos, de modo a realizar uma análise específica sobre os motivos que tornaram a competição entre as elites em uma sistema eleitoral competitivo problemática no caso da América Latina.

2. O elitismo foi, em segundo lugar, incapaz de relativizar a sua teoria da sociedade de massas mesmo enfrentando fortes evidências empíricas no que diz respeito à sua validade empírica. Ou seja, as mobilizações de massa características do período populista significaram, ao nível da prática política, algo que, no nível teórico, seria postulado pelas diversas versões da teoria dos movimentos sociais: o fato de não ser possível postular ad hoc o conteúdo anti-democrático da participação política. A consequência política dessa incapacidade foi a ausência de uma combinação das duas dimensões política, a institucional e a extra-institucional.

3. Vale a pena notar, em terceiro lugar, a completa ausência da problemática institucional nas análises sobre a democratização feitas na tradição do elitismo democrático. A única exceção é a obra de Huntington que irá procurar fazer uma associação entre sociedade de massas e des-institucionalização. Para Huntington "...nas sociedades complexas e heterogêneas nenhuma força pode governar ou criar uma comunidade sem criar instituições políticas..." (Huntington, 1968:9). Nesse sentido, o problema envolvido na construção da democracia nos países de desenvolvimento tardio seria a insuficiência das formas de institucionalização dos conflitos. Se a colocação huntingtoniana aponta na direção da identidade entre democracia e instituições, ela, no entanto, o faz enquanto uma derivação da contradição suposta pelo elitismo democrático entre mobilização e democracia. Nesse sentido, Huntington não será capaz de nos fornecer uma análise sobre a institucionalização da participação democrática.

4. O quarto elemento que impede o elitismo de dar uma explicação adequada para o problema da construção tardia da democracia consiste na transferência acrítica da idéia de conflito em torno de bens materiais do cenário do Atlântico Norte para o cenário Latino-americano. Se autores como Downs podiam enfatizar a dimensão conflitiva da democracia deixando de abordar a consenso normativo em relação à democracia anterior a esses conflitos, a transferência desse arcabouço para países nos quais tal consenso inexistiu mostrou-se desastrosa. O conflito em torno da apropriação de bens materiais, na ausência de um consenso normativo sobre a democracia, acabou levando, os grupos economicamente prejudicados, a propor a ruptura com as regras do jogo democrático. Esse constitui o motivo pelo qual o elitismo não conseguiu transformar a regularidade empírica - a correlação entre democracia e bem estar econômico - em uma concepção teórica acerca da democracia.

5. O conjunto dos elementos mencionados apontam na direção da vulnerabilidade da concepção realista de democracia proposta pelo elitismo democrático. O elitismo, ao deixar de lado os fundamentos normativos da democracia, realiza a suposição de que despir a democracia de um dever ser pode ser equivalente a torná-la um arranjo político realista. O equívoco realizado por Schumpeter, Downs e Sartori reside na suposição de que para dissociar democracia do dever ser é também necessário dissociar democracia e ética. Ao despir a democracia da sua base ética, o elitismo acabou carecendo de um critério para justificar a própria defesa da democracia durante a segunda onda democrática reversa. Na próxima seção desse capítulo iremos mostrar como as teorias da transição no momento de reconstrução da própria democracia irão realizar modificações centrais em todos os cinco pontos mencionados visando tornar o elitismo democrático compatível com a construção da democracia fora do cenário europeu e norte-americano.

As Teorias Da Transição Para a Democracia e a Incorporação da Perspectiva dos Atores na Abordagem da Democratização

As teorias da transição para a democracia irão representar uma dupla mudança em relação ao cenário anteriormente descrito que levou à reversão da segunda onda democrática. Por um lado, do ponto de vista analítico elas irão significar o reconhecimento da responsabilidade das elites pela existência de regimes autoritários na América Latina. As transições partem do pressuposto, evidente na realidade latino-americana da metade dos anos 70 de que convicções anti-democráticas ou semi-democráticas das elites aliadas a conflitos de interesse levaram à ruptura nos sistemas democráticos dos países latino-americanos. Portanto, a avaliação da natureza das elites passa a representar um elemento fundamental nas teorias da transição. Por outro lado, do ponto de vista teórico as teorias da transição representam o reconhecimento de que a democratização deixa de constituir um elemento empírico passível de aferição passando a significar um longo processo que, tal como apontou pela primeira vez Rustow, implica supor a possibilidade de que as circunstâncias possam forçar, enganar ou persuadir os não democratas a assumirem um comportamento democrático de modo que as suas crenças se ajustem no curso de algum processo de racionalização ou adaptação. (Rustow, 1970:344-345). Ou seja, não se trata nem de supor a permanência das convicções anti-democráticas das elites nem tampouco de ignorá-las e sim de pensar um processo através do qual seria possível transformar elites não democráticas em democráticas. Tal processo implica em uma dimensão adicional, qual seja, a dimensão institucional. Partindo da suposição de Linz(11) de que existe uma relação entre o processo de tomada de decisão pelos atores e a possibilidade ou não da consolidação de um arranjo institucional democrático, as teorias da transição irão entender a ruptura com a democracia durante a segunda onda democrática reversa como a incapacidade de construir um arranjo institucional adequado. Nesse sentido, a discussão institucional está presente nas teorias da transição desde as suas formulações originais devido a três concepções: de que as instituições tem um impacto sobre o desfecho de conflitos; de que os protagonistas políticos acreditam nisso; de que as instituições que podem oferecer às forças políticas uma segurança razoável podem ser encontradas sob certas circunstâncias. (Przeworski, 1988:66). É possível, portanto, a partir da análise anterior definir as transições: elas representam um período de tempo no qual se constitui um arranjo institucional entre os atores políticos autoritários e a oposição democrática visando o re-estabelecimento da competitividade política. Ao longo desse período, arranjos institucionais e confiança recíproca são

construídos de tal forma que, ao final de um processo bem sucedido de transição os atores políticos autoritários se retiram da arena política. As teorias da transição para a democracia inovam em quatro aspectos em relação ao elitismo democrático:

1. Em primeiro lugar, elas inovam ao problematizarem a natureza das elites políticas. Para as teorias da transição, as elites não são portadoras a priori de valores democráticos tal como supunham Weber y Ortega y Gasset entre outros. A teoria das transições opera a partir da suposição de uma diferenciação de atores no interior dos regimes políticos autoritários. De um lado, existem os assim chamados duros que são ... aqueles que visceralmente rejeitam os cancores e as desordens da democracia e acreditam que tem como missão eliminar todos os traços de tais tipologias da vida política (ODonnell,1986:16). De outro, existem os brandos ou moderados que, entre os membros dos regimes autoritários constituem aqueles que acreditam ... ter de fazer uso, em um futuro previsível, de alguma forma de legitimação eleitoral. (Ibid). E, em terceiro lugar, existe ainda como parte da elite política um terceiro componente definido como a oposição democrática. Ela consiste em uma oposição eleitoral que ao mesmo tempo se posiciona pelo retorno da democracia mas aceita negociar critérios de competição com os atores políticos autoritários. Nesse sentido, o processo de transição sob o ponto de vista das elites políticas constitui uma forma restrita de competição eleitoral entre atores autoritários e a oposição e, ao mesmo tempo uma negociação das regras possíveis dessa mesma competição. É possível apontar um importante avanço na forma como as teorias da transição analisam a democratização, qual seja, a integração da variável atores políticos e suas respectivas crenças na determinação da possibilidade de uma transição em direção à democracia. No entanto, uma importante ambiguidade persiste: trata-se da não problematização das práticas e das crenças da própria oposição democrática em relação à democracia. As teorias da transição cometem dois equívocos importantes a esse respeito: em primeiro lugar, elas assumem que o autoritarismo constitui uma intervenção típica dos atores políticos autoritários na cena política; em segundo lugar, ela abstrai da estrutura da sociedade política ou daquilo que Tilly denomina de repertório da ação política (Tilly,1986), isto é, do fato de em certas sociedade existirem práticas mais ou menos democráticas por parte das elites. No caso latino-americano, a redemocratização irá demonstrar não somente a ambiguidade dos atores políticos democráticos em relação à democracia mas também a ambiguidade em relação à democracia de atores que pertenceram à própria oposição democrática.

2. O segundo elemento re-avaliado pelas teorias da transição para a democracia constitui a natureza da participação política das massas. Também nesse caso as teorias da transição para a democracia vão além do elitismo democrático ao introduzir como variável nos estudos sobre democratização a idéia de uma mobilização política com sentido democrático. Para ODonnell e Schmitter a dinâmica dos processos de transição envolve a entrada na cena política de atores sociais capazes de alterar o equilíbrio interno entre as elites e mudar a configuração do espaço público imposta pelo regime autoritário. A partir do momento em que o regime autoritário sinaliza estar baixando o custo do engajamento nas ações coletivas e estar permitindo alguma forma de contestação em relação à questões anteriormente declaradas intocáveis... identidades políticas anteriores re-emergem e outras ex-novo se expandem além das expectativas de qualquer um... (ODonnell, 1986:49). Tais atores ao se mobilizarem cumprem o papel de ... promover a extensão e a diversificação da oposição através da sociedade... (ibid p.27). A forma de integração da mobilização de massas pelas teorias da transição é, para dizer o mínimo ambígua. Por um lado, ela rompe com a suposição do elitismo democrático sobre o carácter anti-democrático da ação das massas, ao supor a possibilidade de reforço de convicções ou valores democráticos a partir da própria ação coletiva. Por outro lado, as teorias da transição deixam a desejar ao teorizar a relação entre as elites e a mobilização de massas. Para a teoria das transições a mobilização das massas não possui um papel democratizador per se, constituindo, apenas, um elemento auxiliar no processo interno de negociação entre as elites. Nesse sentido, a ruptura das teorias da transição com o elitismo democrático é, mais uma vez, parcial e será incapaz de tematizar planamente o papel os movimentos de massa nos processos de democratização na América Latina.(13)

3. O terceiro elemento constitui uma reavaliação do papel das instituições. Ainda que as teorias da transição, em um primeiro momento, não tenham oferecido uma plena reavaliação do papel das instituições, com excessão da definição genérica de Adan Przeworski mencionada acima, elas, no entanto, rapidamente caminharam nessa direção. Linz e Diamond (1989) reconheceram como elemento fundamental na discussão sobre democracia na América Latina ... a opção temporã por um desenho institucional derivado do constitucionalismo: o estado de direito, as instituições representativas, eleições, sistemas legais modernos, liberdades políticas, etc. (Diamond, 1989:19). No entanto, a forma como esses autores abordam a questão

institucional, imediatamente coloca o problema da relação entre instituição e comportamento político. Se, tal como O'Donnell, definimos as instituições políticas ... enquanto um padrão regulado de interação que é conhecido, praticado e aceito (ainda que não necessariamente aprovado) pelos autores que tem a expectativa de continuar interagindo sob as normas sancionadas e garantidas por esse padrão (O'Donnell, 1995:10), imediatamente percebemos um problema ao mesmo tempo teórico e analítico: o problema da relação entre instituições e comportamento político. Se, por um lado, tanto Diamond quanto Linz estão corretos não apenas em chamar a atenção para o fato de nenhuma tentativa de criação de uma institucionalidade política alternativa ter sido bem sucedida na América Latina, por outro, é importante perceber que essa dimensão não se encaixa perfeitamente com o conceito de instituição utilizado por O'Donnell. Pelo contrário, o que tem caracterizado a tentativa de construção de instituições democráticas na América Latina é, precisamente, a possibilidade dos governantes e membros de elites políticas não pautarem parte das suas interações por um padrão pré-determinado institucionalmente, problema essa já apontado por Tocqueville no século passado (Tocqueville, 1966:165). Trata-se, na verdade, de um problema que transcende a mera dimensão heurística, na medida em que ele coloca uma preocupação fundamental para a construção democrática, qual seja, o da direção de construção da institucionalidade democrática. Deve tal esforço ser pautado pela preocupação com a reprodução de instituições existentes alhures ou deve esse esforço ter presente problemas concretos derivados da própria cultura e da interferência de certos comportamentos na construção da democracia. Um bom exemplo é a discussão recente travada na América Latina entre o parlamentarismo e o presidencialismo (Lipjart, 1992; Lamounier, 1992) debate esse que tem a sua origem na perspectiva institucional das teorias da transição. Passou ao largo desse debate a preocupação de construção de uma alternativa institucional à mudança permanente nas regras do jogo político, mudança essa na qual a própria proposição do parlamentarismo acabou inserida no caso do Brasil. Nesse sentido, podemos mais uma vez perceber uma re-elaboração insuficiente pelas teorias da transição de um problema não levantado pelo elitismo democrático, qual seja, o problema da especificidade dos desenhos institucionais capazes de se tornarem operacionais nos contextos específicos da construção da democracia.

4. Existe ainda um quarto elemento reavaliado pelas teorias da transição, ainda que de forma menos consensual que todos os outros elementos anteriormente mencionados: trata-se do elemento cultural. A re-avaliação do papel desse quarto elemento foi bastante polémica entre os teóricos da transição. Por um lado, O'Donnell e Schmitter em seu trabalho seminal sobre as transições ignoraram completamente o elemento cultural, provavelmente, tal como argumentou Moisés (1995), devido à necessidade dos teóricos da transição de se livrarem das determinações estruturais da democracia. Tal intenção acabou levando-os ou a negarem o papel da cultura política enquanto elemento estrutural capaz de determinar a existência da democracia (Tiano, 1992) ou a realizarem uma distinção entre elementos de longo prazo e elementos de curto prazo na cultura política. (13) Diamond e Linz (1989) admitem, por um lado, o papel de fatores estruturais de natureza cultural nas dificuldades enfrentadas para a construção da democracia na América Latina ao afirmarem que ... habilidades, valores, estratégias e escolhas das lideranças políticas detêm um papel predominante na explicação da experiência variada com a democracia na América Latina (Diamond, 1989:14). Os autores, ao chamarem a atenção para a importância dos fatores culturais estão em sintonia com a literatura que começa com Almond e Verba e continua até os dias de hoje (Fukuyama, 1995; Verba, 1995). No entanto, devido justamente ao forte componente estruturalista que parte da literatura sobre cultura política carrega, esses mesmos autores afirmam que ...o desenvolvimento de normas e valores democráticos não é irreversível. Pelo contrário, eles estão sujeitos à erosão... Aquilo que é aprendido pode também ser desaprendido como resultado de mudanças generacionais ou através do impacto de estruturas e eventos (Ibid). Diamond e Linz nos fornecem a formulação mais avançada acerca da cultura política encontrada na literatura sobre as transições e, ao mesmo tempo, uma clara indicação dos seus limites na medida em que deixam de vincular a questão da cultura a processos de curto prazo e a mudanças nos padrões de ação. De qualquer forma, parece importante ressaltar que entre os quatro elementos limitantes da capacidade do elitismo democrático de analisar o fenômeno da democratização, o elemento em relação ao qual as teorias da transição avançaram menos foi o elemento cultural.

As teorias da transição não chegaram a discutir plenamente as suas contradições analíticas internas na medida em que elas foram de certo modo surpreendidas pelo que se convencionou denominar de terceira onda da democratização. A terceira onda começa nos países do sul da Europa nos anos 70, atinge os países da América do Sul no começo dos anos 80 e a Europa do Leste no final dos anos 80. Nove entre dez países da América do Sul que tinham governos não democráticos em 1974 realizaram algum tipo de transição entre

1978 e 1989 (Huntington, 1991). No entanto, na medida em que a terceira onda de democratização se expandiu para a quase totalidade dos países da América do Sul um problema analítico residual se colocou para os teóricos da transição, qual seja, o fato da restauração da competitividade política não corresponder na maioria das vezes à plena institucionalização daquilo que se poderia denominar de poliarquia (Dahl, 1989; O'Donnell, 1996). Por um lado, poucos foram os países na América Latina que não evoluíram no decorrer da terceira onda democrática para um sistema político capaz de incorporar algum tipo de competição. Mesmo o octagenário regime mexicano caminhou nesse sentido (Olvera, 1995). No entanto, lado a lado com a restauração da competitividade política aparecem alguns fatores que colocam em questão a própria natureza da democracia. Problemas como a contínua presença de atores não democráticos na cena política (O'Donnell, 1992; Fleischer, 1987; Hagopian, 1992); do acentuamento das desigualdades econômicas (Przeworski, 1992); da profunda instabilidade das instituições políticas (O'Donnell, 1993; Mainwaring, 1996) e do não menos importante problema da continuidade da cultura política (Hagopian, 1992; Moisés, 1995; Peruzzotti, 1996) constituem os principais elementos para uma reflexão que acabou levando os teóricos identificados com a abordagem das transições a assumirem duas posições analiticamente distintas acerca do tipo de regimes políticos existentes hoje na América Latina.

Uma primeira posição que guarda uma grande compatibilidade com o fundamento democrático elitista das teorias da transição é o argumento da consolidação democrática. Para autores como Gunther (1996) ou Linz e Stepan (1996) a consolidação democrática consiste em um processo que tem o seu ponto de partida assim como o seu fim na democracia e cujo objetivo é tornar a democracia *the only game in town*. A dimensão principal deste jogo consiste no fato de ele ser jogado unicamente ao nível dos atores políticos envolvendo apenas uma atividade, qual seja, a disputa entre os diferentes grupos políticos: ...nós consideramos um regime democrático consolidado quando todos os grupos políticos consideram as suas instituições como o marco legítimo para a contestação política e aderem às regras do jogo democrático. (Linz, 1996:152). A questão, no entanto, é que dificilmente a democracia pode ser reduzida a um jogo periódico disputado por grupos, envolvendo também um conjunto de requisitos que não se colocam apenas ao nível dos atores políticos mas ao nível dos procedimentos para a resolução de conflitos existentes ao nível da própria sociedade. Linz e Stepan (1996) fazem um esforço para integrar a dimensão das atitudes políticas no seu conceito de consolidação democrática ao afirmarem que em termos de atitudes ... a democracia se torna o único jogo (político) na cidade quando mesmo enfrentando uma crise econômica ou política séria, a esmagadora maioria da população acredita que qualquer tipo de mudança deve surgir no interior dos parâmetros estabelecidos pelos procedimentos democráticos (Linz, 1996: 15). Apesar da intenção dos autores de introduzir um elemento que poderia vagamente ser rotulado de cultural, esse elemento é rapidamente reduzido à opinião dos atores ou da opinião pública acerca dos procedimentos existentes ao nível das instituições políticas. É possível, portanto, perceber que a ambiguidade das teorias da transição em relação aos limites da abordagem da democracia pelo elitismo democrático constitui a fonte das ambiguidades em relação à consolidação democrática. Tal conceito, ao atribuir ao comportamento das elites um estatuto ontologicamente superior às atitudes e comportamentos da sociedade organizada e, ao mesmo tempo, incorporar de forma limitada tanto a dimensão das instituições quanto a dimensão da cultura, termina não conseguindo supor uma forma de consolidação da democracia que não seja o re-estabelecimento da competitividade entre as elites políticas. Ora, permanecem de fora dessa definição a análise tanto da forma como o poder é exercido quanto a forma como a relação Estado/sociedade se organiza. A resposta que os autores da consolidação democrática dão a esse argumento consiste na suposição de uma teleologia sem sujeito através da qual o exercício da democracia permitiria, ainda que na ausência de tal intenção, o seu contínuo aprimoramento.

A segunda posição analítica assumida pelos teóricos da transição é a posição defendida por Guillermo O'Donnell (1991; 1993; 1996) e que recebeu do próprio autor a designação de democracia delegativa. Tal argumento se coloca em oposição à idéia de consolidação democrática na medida em que supõe que as democracias delegativas não são democracias consolidadas ou institucionalizadas mas podem ser duradouras. (O'Donnell, 1991:26). Ou seja, O'Donnell estabelece um argumento que rompe parcialmente com a teleologia do argumento da consolidação democrática, (14) na medida em que percebe o hiato existente entre as normas da institucionalidade democrática e as práticas reais dos atores. Para O'Donnell a análise das novas democracias Latino-americanas implica na percepção de que existe ... uma outra instituição que, a despeito de ser formal e às vezes oculta, exerce uma influência enorme em muitas das novas poliarquias: o clientelismo e de forma geral o particularismo. (1996:19). Segundo o autor, a análise das novas democracias exige a percepção de que os padrões de interação não passam exclusivamente pela dimensão institucional mas

também por um conjunto de práticas que negam a distinção entre esfera pública e esfera privada, ao mesmo tempo em que estabelecem um conjunto de relações hierárquicas entre indivíduos supostamente iguais. O problema levantado por O'Donnell está estreitamente ligado ao conceito de cultura política. Já no seu primeiro artigo sobre democracia delegativa o autor mencionava a variável cultural como propiciadora do que ele denominava uma nova tendência caudillista nas novas democracias. Tal argumento foi progressivamente se transformando em um argumento acerca dos determinantes culturais da democracia delegativa que permitem que um conjunto de ... velhas práticas autoritárias ganhem um novo fôlego (1996:28). Não só um conjunto de questões como a baixa transparência no processo de decisão política e prestação de contas persistem ao nível das relações entre Estado e sociedade, como também o Estado parece ser incapaz de tornar a cidadania efetiva. Nesse sentido, o argumento da democracia delegativa possui uma dupla dimensão ao conectar os argumentos dahlsiano e huntingtonianos. Por um lado, os conflitos societários não são suficientemente institucionalizados. Por outro, as instituições capazes de garantir a igualdade não são efetivas. O resultado da existência da democracia delegativa é, segundo O'Donnell, diferente do suposto pelas teorias da transição: a conclusão dos processos de transição não conduziram nem ao estabelecimento da democracia representativa nem ao estabelecimento de democraturas ou ditablandas (Schmitter, 1995; Peruzzotti, 1997).

A análise da polêmica entre o argumento da consolidação democrática e o argumento da democracia delegativa sugere um duplo paradoxo provocado justamente pela ruptura insuficiente das teorias da transição para a democracia com os pressupostos do elitismo democrático. Por um lado, O'Donnell parece estar correto ao apontar a incompatibilidade entre a poliarquia e algumas características predominantes no sistema político das novas democracias latino-americanas, tais como, o particularismo, o abismo entre a estrutura legal e as relações de poder efetivamente existentes e a inexistência de um sistema transparente de prestação de contas (O'Donnell, 1996). No entanto, é preciso perceber que os pressupostos das teorias da transição não permitem a O'Donnell apresentar uma concepção alternativa da democratização, assim como o levam a exagerar na avaliação do problema uma vez que sua análise enfoca exclusivamente as práticas das elites (Peruzzotti, 1997). Ou seja, se por um lado, o problema levantado por O'Donnell constitui um problema real, por outro lado, o enfoque das teorias da transição nas elites e na competição política não lhe permite desenvolver um marco analítico capaz de levar a uma abordagem alternativa da democratização. O outro lado do paradoxo parece estar representado pelo fato de que os autores que insistem no argumento da consolidação democrática cometerem o erro inverso, ou seja, se, por um lado, a teoria proposta por Stepan, Linz, Diamond e Gunther está em continuidade com os pressupostos das teorias da transição, o problema é que a realidade política que eles denominam de democracia consolidada parece ter muito pouca relação com as características das democracias que sobreviveram a segunda onda reversa de democratização.

A nosso ver o paradoxo apontado na teoria das transições não encontra solução no seu interior mas apenas na observação que os elementos que fazem parte da tradição do elitismo democrático e com os quais as teorias da transição romperam apenas parcialmente receberam formulações distintas no campo da teoria crítica. A incorporação dessas formulações poderia, a nosso ver, contribuir para a solução do paradoxo mencionado: Quatro dessas formulações merecem ser mencionadas:

1. A substituição da teoria das elites por uma teoria da separação entre esfera pública e esfera privada (Habermas, 1989; Calhoun, 1992; Benhabib, 1992). Para essa teoria já não se trata, tal como supunham as teorias da sociedade de massas, de identificar elites virtuosas e massas viciadas, mas de perceber que a virtude da democracia se assenta na identificação de um espaço público capaz de ser ocupado por diferentes tipos de atores. É na corrupção da natureza dialogal desse espaço público que reside o perigo de ruptura da democracia, entre os quais caberia destacar, tal como fez O'Donnell, o próprio particularismo. O problema que O'Donnell parece incapaz de perceber é a contradição analítica entre a análise do particularismo e a atribuição de um espaço diferenciado à própria ação das elites.

2. A substituição de uma teoria da manipulação por uma teoria da ação coletiva (Tilly, 1986; Melucci, 1989; 1996; Tarrow, 1994). Todos esses autores mostraram, ainda que com diferentes nuances, os limites de uma teoria da irracionalidade das massas e, ao mesmo tempo, a necessidade de integrar as formas de ação coletiva em uma teoria da democracia. Para eles, a democracia implica não apenas na análise institucional da política, como também na constituição de identidades democráticas (Melucci, 1989; 1996). Nesse sentido, a preocupação de O'Donnell com práticas políticas não democráticas por parte das elites necessita, para ser analiticamente consistente, se associar a uma discussão de um aspecto central dos processos de democratização: as ações democratizadoras dos atores coletivos.

3. A substituição de uma teoria poliárquica das instituições por uma concepção dual da política (Cohen & Arato, 1992). Já não se trata conforme argumentaram os autores de supor uma oposição entre mobilização e institucionalização mas, pelo contrário, de perceber que as duas lógicas, a dialógica própria aos movimentos e associações civis, e a institucional, própria à sociedade política constituem lógicas complementares. Nesse sentido, o problema da institucionalização que tanto vem preocupando Guillermo O'Donnell, tende a encontrar uma solução institucional diferente da reprodução das instituições poliárquicas. O problema da construção da democracia residiria na capacidade de institucionalizar uma nova relação entre Estado e sociedade civil.

4. A substituição de uma teoria estruturalista da cultura ou da total ausência de variáveis culturais por uma teoria articulatória da cultura. As teorias da transição para a democracia parecem ter sido incapazes de analisar os elementos de mudança cultural presentes na realidade latino-americana. Novos atores, novos movimentos e novas formas de ação fazem parte de uma esfera política na qual um conjunto de práticas tem sido discutidas e contestadas. Guillermo O'Donnell, ao limitar sua análise exclusivamente às práticas das elites, deixa de perceber que existem elementos de renovação no interior da cultura política e que, portanto, o problema da construção da democracia não pode se basear apenas em um diagnóstico empírico de certas práticas dominantes ao nível da sociedade política. Ela deve se basear em um enfrentamento entre velhas e novas práticas em disputa no interior das sociedades em democratização.

Os quatro elementos de um possível teoria crítica da democratização apontam em uma mesma direção qual seja, a da localização da democracia no ponto de encontro entre uma esfera societária e um outra esfera que pode ser denominada de político-estatal. Os problemas para a construção da democracia nos países latino-americanos não advêm da sua incapacidade de institucionalizar práticas democráticas disponíveis, tal como a matriz dahlsiana-huntingtoniana supõe, ao analisar a democracia sob a ótica da institucionalização da delegação do poder. Pelo contrário, tais problemas advêm de um estoque limitado de práticas democráticas por parte das elites e da criação de um estoque ainda limitado de práticas democratizantes pelos atores sociais. Nesse sentido, o déficit democrático a ser trabalhado nos países latino-americanos diz respeito às características da produção do poder, uma atividade de natureza cultural capaz de modificar as formas clássicas de institucionalização de um poder predominantemente oligárquico e ainda capaz de resistir a sua própria democratização.

notas

1 O conceito de soberania tem uma origem anterior à própria modernidade. Hobbes introduziu a idéia de soberania na teoria política moderna, entendendo-a enquanto um atributo do próprio Estado. Foi com Rousseau que a idéia de soberania foi sendo transferida do domínio do Estado para a esfera do ato de concessão do próprio poder político pela população. Para Rousseau a soberania é identificada com a vontade geral e, portanto, com a expressão direta da preferência dos cidadãos. Nesse sentido, Rousseau aparece como o precursor da teoria democrática enquanto uma teoria da soberania. Vide Hobbes (1968) e Rousseau (1950).

2 Norberto Bobbio foi um dos autores que melhor desenvolveu essa contradição ao fazer a seguinte observação em seu ensaio *O Futuro da Democracia: ...* na medida em que as sociedades passaram de uma economia familiar para uma economia de mercado, de uma economia de mercado para uma economia protegida, regulada, planejada, aumentaram os problemas políticos que requerem competências técnicas. Os problemas técnicos exigem, por sua vez, expertos, especialistas... tecnocracia e democracia são antitéticas: se o protagonista da sociedade industrial é o especialista, impossível que venha a ser o cidadão qualquer. (Bobbio, 1974:34).

3 A associação entre política e racionalidade é anterior ao surgimento de um consenso em relação à democracia. Hobbes no *Leviatã* vincula de saída a sua concepção de política a idéia de racionalidade ao

discutir os motivos pelos quais os indivíduos aderem ao pacto social. Para ele, a racionalidade está associada a busca da auto-preservação que, conforme argumenta Hobbes, está associada à existência do soberano absoluto. Somente com Rousseau a idéia de racionalidade aparece associada ao processo de formação da vontade geral e, portanto, à constituição da democracia.

4 Hannah Arendt e o jovem Habermas erroneamente identificaram esse processo com o que eles denominaram de societalização da política. Para Arendt, a entrada do social e das questões pertinentes à esfera das necessidades no campo da política conduz à perda do seu objeto específico de ação realizada em público e capaz de adquirir permanência. A passagem da sociedade - a ascensão da administração caseira, de suas atividades, seus problemas e recursos organizacionais - do sombrio interior do lar para a luz da esfera pública não apenas diluiu a antiga divisão entre o privado e o político, mas também alterou o significado dos dois termos.... Para Arendt, assim como para o jovem Habermas, a entrada do social na política significou a substituição do processo público de produção da racionalidade política pela defesa cega dos interesses particulares. Vide (Arendt, 1958:47) e Habermas, 1989). Ambos os autores deixaram de perceber a possibilidade da construção de uma esfera pública generalizante na qual os diferentes interesses particulares constituam o ponto de partida do debate político. Habermas recentemente reviu sua posição acerca da decadência da esfera pública nas sociedades contemporâneas. Vide Habermas (1992).

5 Essa colocação dá origem a uma dissociação entre elitismo e democracia, dissociação essa comum aos autores que inauguraram essa corrente de pensamento, em especial a Ortega y Gasset, Michels e Pareto. Todos eles, teriam, de alguma forma se alinhado na crítica à democracia, devido ou a sua crença na dominação das elites independentemente do tipo de governo ou em convicções claramente anti-democráticas. Vide Grynszpan, 1996.

6 Temos em mente aqui contribuições bastante diferentes no campo dos estudos de ética, tais como a de Rawls, Apel e Habermas. O que existe em comum entre os três autores é a aceitação da impossibilidade da determinação de uma concepção substantiva do bem comum. É a partir desse consenso que cada um deles irá propor a partir de elementos formais a reconstrução da noção de ética. Vide (Rawls, 1971; Apel; 1990; Habermas, 1990).

7 Robert Dahl localizou esse consenso normativo no nível da própria autonomia do indivíduo. Para ele, existe ... uma razão mais profunda que nos leva a valorizar a liberdade de nos auto-governarmos, uma razão que está menos ligada à sua utilidade como um instrumento para outros fins. Trata-se do valor da autonomia moral. Por uma pessoa moralmente autônoma, eu entendo aquela que toma decisões a partir dos seus próprios princípios morais.... Dahl, ao conectar autonomia moral e democracia enquanto processo de tomada de decisões re-introduz no interior da teoria democrática, o debate normativo. (Vide Dahl, 1989:91).

8 Vale a pena, no entanto, chamar a atenção para as modificações que o conceito weberiano de racionalidade precisa sofrer para se tornar uma forma utilitária de avaliação dos custos e benefícios da ação. Em primeiro lugar, Weber faz uma importante distinção entre a ação intencional racional e a ação determinada pela crença em um fim ou valor último (Weber, 1968:24-25) de modo que a primeira operação realizada por Downs constitui o estreitamento do conceito de ação racional em Weber. A segunda operação realizada por Downs é a redução da avaliação desses meios ao cálculo utilitário do custo e do benefício transformando aquilo que Weber denominou de racionalidade econômica no próprio conceito de racionalidade.

9 Estamos aqui trabalhando com o conceito de onda de democratização, tal como definido por Huntington. Segundo o autor uma onda de democratização consiste em um grupo de transições de regimes não-democráticos para regimes democráticos que ocorre em um período de tempo específico. (Huntington, 1991:28).

10 Existe uma enorme bibliografia sobre populismo, bibliografia essa que ressalta de formas distintas a principal característica do fenômeno, a forma direta de relação entre os governantes e as massas. A obra clássica sobre o populismo Latino-americano foi escrita pelo sociólogo argentino Gino Germani. Germani opera a partir de duas categorias principais, a de modernização e a de institucionalização para propor um contraste entre a modernização européia e a latino-americana. No caso da Europa, a modernização do Estado com a consequente criação de instituições precede um período posterior de mobilização e integração da mobilização no marco do sistema político. No caso latino-americano não haveria essa distinção temporal. A

obra de Germani dá origem a uma enorme polêmica acerca das características racionais ou anti-racionais da mobilização populista. O interessante, no entanto, é perceber que o traço comum da polêmica constitui o entendimento da relação mobilização-incorporação pelo Estado enquanto o sentido da democracia. Vide Weffort,1979; Laclau, 1978.

11 A afirmação de Linz que temos em mente é a seguinte: ... os regimes democráticos... tiveram em algum ponto uma chance razoável de sobreviver e se consolidarem.No entanto, certas características e ações dos atores relevantes - instituições assim como indivíduos - diminuíram a possibilidade de um desenvolvimento nessa direção. (Linz, 1978:10-1).

12 Os processos de democratização na América Latina contaram com diversos tipos de participação das massas. No caso do Chile houveram diversos episódios de mobilização especialmente entre 1981 e 1983 episódios esses que devido a sua desconexão com qualquer tipo de negociação política acabaram não conduzindo a redemocratização. No caso do México existe um interminável processo interno de negociação entre as elites , processo esse que não levou também a redemocratização na medida em que ele não esteve acompanhado de um processo simultâneo de mobilização de massas. No caso do Brasil, o processo interno de negociação entre as elites só levou à redemocratização no momento em que ele se articulou com um processo intenso de mobilização durante a chamada campanha das diretas. Vide Martins, 1986; Smith,1986;Mainwaring, 1986; Avritzer, 1995.

13 Talvez o melhor exemplo de uma análise de longo prazo acerca da contradição entre cultura política e democracia seja a análise de Samuel Huntington acerca da contradição entre as religiões não=ocidentais e a democracia. Segundo o autor ... a democracia moderna desenvolveu-se primeiro e mais vigorosamente nos países cristãos... Tal correlação não provoca a causação. Mas o cristianismo ocidental enfatiza a dignidade do indivíduo e as esferas separadas da Igreja e do Estado. Em muitos países líderes protestantes e católicos tiveram um papel central nas lutas contra governos repressivos. (Huntington,1991:80). Um outro autor que enfatiza elementos estruturais de longo prazo para a existência da democracia é Robert Putnam, que toma como base para a sua análise da cultura política a proliferação de associações civis e de iniciativas independentes entre os indivíduos. Ambos os autores no entanto, tem dificuldade para estabelecerem correlações entre os elementos de longo e de curto prazo na cultura política, utilizando essa última como variável explicativa para tipologias ou contrastes civilizacionais ou entre diferentes culturas no interior de uma mesma civilização.

14 A nosso ver, o rompimento de ODonnell com uma teleologia da democratização é parcial na medida em que o próprio autor supõe ser o aprimoramento parte da essência da democracia. A idéia de um segunda transição, transição essa ... de um governo democraticamente eleito para um regime democrático (ODonnell,1991:26) supõe tal aprimoramento. O que não fica claro é quais atores e quais instituições se encarregariam de realizar tal transição. Recentemente, ODonnell deixou de lado a idéia de uma segunda transição. Vide (1996).

bibliografia

- Apel, Karl-Otto. 1990. Is the Ethics of the Ideal Communication Community a Utopia? In *The Communicative Ethics Controversy*. Edited by S. Benhabib. Cambridge: MIT Press.
- Arendt, Hannah. 1958. *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.
- Avritzer, Leonardo. 1995a. *Transition to Democracy and Political Culture:an analysis of the conflict between civil and political society in post-authoritarian Brazil*. *Constellations* I (nº5)
- Avritzer, Leonardo. 1996. *A Moralidade da Democracia*. São Paulo: Perspectiva.
- Benhabib, Seyla. 1992. *Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition and Juergen Habermas*. In *Habermas and the Public Sphere*. Edited by C. Calhoun. Cambridge: M.I.T. Press.
- Bobbio, Norberto. 1984. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Calhoun, Craig. 1992. *Habermas and the Public Sphere*. Cambridge: MIT Press.
- Cohen, Jean. 1985. *Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements*. *Social Research* 52 (n°4) : 663-716.
- Cohen, Jean L., and Andrew Arato. 1992. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Dahl, Robert. 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Diamond, Larry, Juan Linz, and Seymour Martin Lipset. 1989. *Democracy in Developing Countries*. Boulder: Adamantine Press.
- Downs, Amthony. 1956. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper.
- Fleisher, David. 1987. *O Congresso Constituinte de 1987:um perfil sócio-econômico e político*. manuscrito.
- Fukuyama, Francis. 1995. *Trust*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Germani, Gino. 1965. *Politica y Sociedad en una Epoca de Transicion*. Buenos Aires: Grynzpan. 1996. Bib
- Habermas, Jürgen. 1989. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge: M.I.T. Press.
- Habermas, Juergen. 1990. *Moral Consciousness and Communicative Action*. Cambridge: MIT Press.
- Habermas, Juergen. 1992a. *Further Reflections on the Public Sphere*. In *Habermas and the Public Sphere*. Edited by C. Calhoun. Cambridge: MIT Press.
- Hobbes, Thomas. 1651. *The Leviathan*. Edited by MacPherson. London: Penghin Books.
- Horkheimer, Max, and Theodor Adorno. 1944 [1985]. *A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Huntington, Samuel. 1991. *The Third Wave: democratization in the late twentieth century*. Oklahoma City: University of Oklahoma Press.
- Kant, Immanuel. 1781. *Was ist Aufklarung ?*
- Kornhauser, W. 1959. *The Politics of Mass Society*. Glencoe: Free Press.
- Laclau, Ernesto. 1977. *Politics and Ideology in Marxist Theory*. London: New Left Books.
- Lamounier, Bolivar. 1989. *Brazil:inequality against democracy*. In *Democracy and Development*. Edited by L. Diamond, J. Linz and S. M. Lipset. Boulder: Adamantine Press.
- Linz, Juan. 1978. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Linz, Juan, and Alfred Stepan. 1996. *Toward Consolidated Democracies*. *Journal of Democracy* 7 (2)
- Lipjart, Arend. 1992. *Parliamentary X Presidential Government*. Oxford: Oxford University Press.
- Lipset, Seymour Martin. 1959 (March). *Some Social Requisites of Democracy:economic development and political legitimacy*. *American Political Science Review* (53)
- Mainwaring, Scott. 1986a. *The Transition to Democracy in Brazil*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* XXVIII (1)
- Mainwaring, Scott. 1996. *Democracy in Brazil and the Southern Cone*. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*
- Mansbridge, Jane. 1990. *Beyond Self-Interest*. Chicago: University of Chicago Press.
- Martins, Luciano. 1986. *The Liberalization of Brazil*. In *Transitions from Authoritarian Rule*. Edited by G. O'Donnell and P. Schmitter. Baltimore: University of John Hopkins Press.
- Melucci, Alberto. 1985. *The Symbolic Challenge of Contemporary Movements*. *Social Research*
- Melucci, Alberto. 1996. *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Moisés, José Alvaro. 1995. *Os Brasileiros e a Democracia*. São Paulo: Atica.
- Mommsen, Wolfgang. 1989. *The Political and Social Theory of Max Weber*. Chicago: University of Chicago Press.
- O'Donnell, Guillermo. 1992. *Delegative Democracy*. *Journal of Democracy* 5 (1)
- O'Donnell, Guillermo. 1996. *Uma Outra Institucionalização*. *Lua Nova* (37)
- O'Donnell, Guillermo, and Philippe C. Schmitter. 1986. *Transitions from Authoritarian Rule*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Ortega Y Gasset, J. 1930. *A Sociedade de Massas*.
- Peruzzotti, Enrique. 1996. *Civil Society and the Modern Constitutional Complex*. Washington:

- Peruzzotti, Enrique. 1997. *The Nature of the New Argentine Democracy: a critique to the delegative Democracy argument*. Guadalajara:
- Przeworski, Adam. 1988. *Democracy as a Contingent Outcome of Conflicts*. In *Constitutionalism and Democracy*. Edited by J. Elster. Cambridge: Cambridge University Press.
- Przeworski, Adam. 1991. *Democracy and the Market*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Putnam, Robert. 1993. *Making Democracy Work*. Princeton: Princeton University Press.
- Rawls, John. 1971. *A Theory of Justice*. Cambridge: Harvard University Press.
- Rousseau, Jean Jaques. 1968. *The Social Contract*. Harmondsworth: Penguin.
- Sartori, Giovanni. 1965.
- Schmitt, Carl. 1923. *The Crisis of Parliamentary Democracy*. Edited by T. Maccarthy. Translated by Kennedy, Ellen (1988). *Studies in Contemporary German Social Thought*. Cambridge: MIT Press.
- Schmitter, Phillip, and Terry Karl. 1995. *The Conceptual Travels of Transitologists and Consolidationists*. *Slavic Review* (63)
- Schumpeter, Joseph. 1942. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper.
- Tarrow, Sidney. 1994. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tilly, Charles. 1986. *The Contentious French*. Cambridge: Harvard University Press.
- Tocqueville, Alexis de. 1966. *Democracy in America*. New York: Harper & Row.
- Verba, Sidney. 1995. *Voice and Equality*. Cambridge: Harvard University Press.
- Weber, Max. 1968b. *Parlament and Government in a Reconstructed Germany*. In *Economy and Society* (apêndice vol II). Edited by M. Weber. Berkeley: University of California.
- Weber, Max. 1994 [1918]. *O Socialismo*. In *Max Weber e Karl Marx*. Edited by R. Gertz. São Paulo: Hucitec.
- Weffort, Francisco. 1978. *O Populismo na Política Brasileira*. São Paulo: Paz e Terra.

Leonardo Avritzer
DCP/UFMG

XXI Encontro Anual da ANPOCS